

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA



PORTUGAL NOS MARES DE ORLANDO RIBEIRO:
ATLÂNTICO, MEDITERRÂNEO E
IDENTIDADE GEOPOLÍTICA.

Virgílio Miguel Machado

Separata do
BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA
Série 139 - N.^{os} 1-12
Janeiro - Dezembro - 2022

PORTUGAL NOS MARES DE ORLANDO RIBEIRO: ATLÂNTICO, MEDITERRÂNEO E IDENTIDADE GEOPOLÍTICA.

Virgílio Miguel Machado

Professor Adjunto ESGHT/Universidade do Algarve

Autor de Portugal Geopolítico-História de uma Identidade

Resumo

Portugal teve uma especial relação com o mar, enquanto expressão de uma unidade geográfica e identidade política. Explora-se a obra de Orlando Ribeiro (1911-1997) para a compreensão da sua formação e consolidação pela Geografia e História, entre dois mares: o Atlântico e o Mediterrâneo.

Sendo missão da SGL auxiliar a difusão e a compreensão dos conhecimentos geográficos, procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de estudiosos, a evocação do grande geógrafo aos 25 anos do seu falecimento, com interpretação revisitada, reforça a compreensão geopolítica de Portugal.

Palavras-chave: Civilização, Geopolítica, Identidade, Mar, Geografia.

Key words: Civilization, Geopolitics, Identity, Sea, Geography.

Agradecimentos

Um agradecimento especial é devido à Sociedade de Geografia de Lisboa, pela oportunidade e honra de minha associação ao trabalho científico do Professor Orlando Ribeiro e acesso ao acervo bibliográfico gentilmente cedido pela sua Biblioteca, bem como à Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e ao Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, pela cedência da utilização de imagens fotográficas do seu espólio.

I. INTRODUÇÃO

Orlando Ribeiro nasceu em Lisboa em 1911. Doutorou-se em Geografia com apenas 25 anos de idade. Realizou estudos complementares em História e Geologia. Viajou pelo mundo, lecionando em instituições de ensino superior nacionais e internacionais, especialmente em França, na Sorbonne onde conheceu sua colega de profissão e futura cónjuge, Suzanne Daveau. Fundou em 1943 o Centro de Estudos Geográficos, do Instituto Geral de Ordenamento do Território, hoje integrado na Universidade de Lisboa.

A sua obra de referência, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, de 1945, com sucessivas reedições até aos anos 90, foi a obra geográfica portuguesa mais traduzida no plano internacional. Utilizarei a 5ª edição, de 1987. Contam-se também 56 publicações suas na principal revista portuguesa de Geografia, a *Finisterra*.

A Biblioteca Nacional de Portugal em 2011 na homenagem ao centenário do seu nascimento fez publicar um livro¹ com testemunhos, contributos e referências ao seu legado científico prestados por personalidades ilustres da Geografia portuguesa e que se encontra disponível no acervo da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Neste artigo, invocar-se-ão outras obras, como *Introduções Geográficas à História de Portugal*, de 1977 ou a *Formação de Portugal*, 1ª edição, de 1987. A *Geografia de Portugal* em 4 volumes, de 1989, com Hermann Lautensach e comentários de Suzanne Daveau merece menção na compilação de conhecimento geográfico sobre bases históricas e formação do Estado português (vol. III, Cap.VII), bem como *Geografia e Civilização*, de 1961. Nesta, utilizaremos uma edição de 1983 na Revista Espaço e Sociedade, sob direção do Professor Jorge Gaspar. Suas diferentes edições e/ou datas de edição permitirão denominações distintas.

A obra *Geografia e Civilização*, pela profusão de imagens, inspirou-nos a seguir o método principal que Orlando Ribeiro tanto privilegiava no conhecimento geográfico, ou seja, a observação, registando-a pela fotografia. Utilizaremos registos desse espólio no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa em urbes antigas e cidades como Porto e Coimbra e contemporâneas de sua vida em Lisboa para identificarmos os traços de identidade geopolítica portuguesa nestas cidades, em conformidade com o seu pensamento, ora revisitado e com a interpretação do olhar do evocado e ilustre geógrafo.

II. CONTEXTOS. CONCEITOS E IDENTIDADE GEOPOLÍTICA

O termo geopolítica não é mais do que uma terminologia moderna de um ramo da Geografia, a Geografia Política. Em meados do século passado, os seus estudos, contemporâneos na época de Orlando Ribeiro, incidiam essencialmente na caracterização de individualidades geográficas como suporte de formação e eclosão política de nações que se formaram Estados. Solo, relevo, população, precipitação, aptidões agrícolas, regime da propriedade, acesso ao mar, rios navegáveis, modos de vida identitários, tradições, cultura e história eram suas componentes essenciais.

A visão moderna, designada geopolítica, alargou esta visão para as relações internacionais, diplomacia, áreas geográficas de influência e controlo, guerra e paz. O ênfase voltou-se para áreas, designadamente como tecnologia, transporte, distribuição, informática, economia, redes de empresas e inteligência geográfica, enquanto contextos e pluralidades para a criação e manutenção de relações de poder que, não raras vezes, ultrapassam a soberania política dos Estados e as condicionam, alavancam ou transformam com áreas geográficas regionais internacionais ou blocos de influência.

¹ Biblioteca Nacional de Portugal (2011). *Orlando Ribeiro: 1911-1997. Ponto de partida: lugar de encontro*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Num esforço de conciliação entre estas visões, o autor destas linhas fez publicar em 2021 um livro² sobre identidade geopolítica aplicada à formação de Portugal enquanto ordem política e que será amiúde recorrido neste livro, aqui invocando-se, como suporte e relação, justamente o conhecimento científico do evocado geógrafo Orlando Ribeiro. Adiante se referirão trechos e conteúdos dessa relação.

Recuperemos a concepção originária de geopolítica, segundo DODDS³, enquanto relação entre o planeta (a Terra), o poder político e sua distribuição. O termo associa duas palavras de origem grega: «geo» e «polis», ou seja, a Terra e sua organização política, entre os homens e seu ambiente envolvente. O mar teve certamente importância nesse ambiente para Portugal. Para Orlando Ribeiro, os mares mediterrâneo e atlântico, enquanto áreas geográficas e culturais contribuíram para a formação de Portugal. Dai justamente, o seu legado *Portugal, Mediterrâneo e o Atlântico*.

Nessa relação, duas linhas de identidade na relação dos povos com o mar se assinalam na geopolítica. Uma enquanto demarcação, fronteira, potencial ou efetiva, controlo, ocupação, linha que liga ou envolve uma terra, em suma, uma apropriação totémica que inspira e baseia relações entre lugares e seres humanos. Deve-se a MACKINDER⁴ em 1904 esta primeira formulação. Mais recentes são as investigações de DIJINK⁵, PELLING & BLACKBURN⁶ ou de KIDD⁷.

A segunda assinala o mar enquanto instrumento de comunicação, de transporte, de uso comum e interatividade, com interdependência geográfica em que a identidade se forma e reforça pela capacidade de estabelecer relações, nós, redes e pontos de contacto, em múltiplas formas de equilíbrio e geometria variável. O original pensador foi MAHAN⁸ em 1898 tendo atualmente defensores, entre outros, como KAPLAN⁹ ou BERLI, BUNEL & DUCRUET¹⁰.

Estas expressões relacionam-se com elementos fundamentais como a história, o desenvolvimento institucional e a cultura dos povos, designadamente, em relação ao mar, segundo MACK¹¹ compostas, designadamente, de tradições, emoções e afetos operando em diversas

² Machado, V. (2021). *Portugal Geopolítico-História de uma Identidade*. Lisboa: Lisbon International Press.

³ Dodds, K. (2021). *Geopolítica- Una breve introducción*. Barcelona: Antonio Bosch Editor.

⁴ Mackinder, H. (2004) «The geographical pivot of history», , in *The Geographical Journal*, Nova Jersey, vol.170,nº 4, pp.298-321.

⁵ Dijink, G. (1996). *National Identity and geopolitical visions*: Londres: Routledge.

⁶ Pelling, M.; Blackburn. S (2014). *Megacities and the coast: risk, resilience and transformation*. Londres: Routledge.

⁷ Kidd, S.- Land-Sea Interactions and the Ecosystem Approach (2019) « Ocean Planning and Governance». In D. Langlet e R. Rayfuse (Eds.). *The Ecosystem Approach in Ocean Planning: Perspectives from Europe and Beyond*, nº 5, , pp.140-159. Consultado em 09.12.2022 em <http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctvrk2v2.12>.

⁸ Mahan, T.- *Influencia del poder naval en la historia*. (2007). Madrid: Ministerio de Defensa. Subdirección General de Publicaciones y Patrimonio Cultural.

⁹ Kaplan, R. (2022). *A vingança da geografia*. Coimbra: Almedina.

¹⁰ Berli, J; Bunel, M; Ducruet, C. (2018) «Sea-Land Interdependence in the global maritime network: the case of Australian Port Cities». In *Networks and Spatial Economics*, nº18, pp. 447-471.

¹¹ Mack, J. (2018). *O Mar-Uma História Cultural*. Silveira: Letras Errantes.

escalas geográficas desde a individual, passando pela nacional à global. A maior parte das sociedades políticas poderá, em vários momentos da história, ter convivido, conjunta ou alternadamente, com estas projeções de identidade consoante os contextos, sempre determinantes, segundo NYE¹² nas estratégias de poder.

Neste estudo, invoca-se Orlando Ribeiro (1987, 5ª edição). A geografia de Portugal é um ajustamento e entrecruzamento de mundos naturais e influências culturais aportados pelo mar. O Mediterrâneo que configura o Portugal Mediterrâneo (Capítulos I e II) e o Atlântico que se traduz no Portugal Atlântico (Capítulo III).

Nesta asserção, Portugal é variedade que compõe a unidade (Capítulo IV). Explica Ribeiro (1987, p.57) que unidade não é necessariamente uniformidade, mas ajustamento harmonioso de peças que compõem uma imagem de conjunto. Processos históricos inculcaram raízes romanas, bárbaras e muçulmanas na diversidade portuguesa (Ribeiro, 1987, 1ª edição, Capítulo IV). Um utilizaram contextos terrestres para sua disseminação. Outras contextos marítimos. Pelo Mediterrâneo aportaram raízes e culturas romana e muçulmana.

Todavia, o conjunto tem importantes fatores unificadores, como a importante estrada política, expressão feliz do historiador Jaime Cortesão que Ribeiro subscreve (1977, p. 63) e que resulta da existência de uma planura litoral na costa que constitui faixa de trânsito ininterrupta do Minho até ao Guadiana consequente de uma atlantização do povoamento e individualidade cultural (1987, 5ª edição, pp.124-129).

Outros contextos, que serão mais detalhados adiante, como o processo militar da Reconquista, a densidade e deslocamentos da população e a configuração dos sítios urbanos na relação com rios navegáveis e o mar, ajudam à explicação da formação identitária do Estado político português.

O objetivo deste artigo é interpretar como Portugal, enquanto expressão histórica de uma unidade resultou de um conjunto sobre uma diversidade ajustada entre o mundo mediterrâneo e o mundo atlântico. Formou-se uma identidade geopolítica baseada em elementos naturais e humanos de relação do povo português com estes mares, identificando-se os fatores políticos, sociais e económicos que a explicaram, interpretando e aplicando atualizadamente os contributos fundamentais de Orlando Ribeiro.

Para tal, identificar-se-ão esses fatores no capítulo seguinte. Concluir-se-á com a interpretação do espólio fotográfico já assinalado na introdução, com a seleção de fotografias explicativas desses fatores numa urbe antiga, a Citânia de Briteiros e nos principais centros urbanos do país, de Norte a Sul, num eixo triangular, de vocação litoral que abrangerá as cidades do Porto, Coimbra e Lisboa e que comprovará as teses de Orlando Ribeiro quanto à configuração de Portugal.

III. METODOLOGIA

Utiliza-se a geografia política como caminho. Procuram-se padrões, repetições, semelhanças entre contextos de origem diversa que se justapõem e entrecruzam para explicação de conjuntos ou sistemas. A opção estruturalista, cuja orientação se segue nesta investigação, segundo

¹² Nye, J. (2010). *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores.

GABARDO¹³, deve esforçar-se por encontrar homologias dos distintos momentos históricos, no seu contexto cultural, com vista à generalização do discurso.

Neste milénio, retiram-se os estudos de Jones e Olken (cit. por DIAMOND¹⁴, 2019, pp.473-478), sobre “experiências naturais da História”, ou seja, resultantes de comparações de trajetórias históricas em que os resultados, atenta uma expressiva amostra de um certo número de factos ou acontecimentos, tenderam a uma determinada repetição ou padronização, rejeitando-se estas em função de outros acontecimentos aleatórios.

Que padronização se atenta? Que acontecimentos aleatórios se rejeitam? Que contributos de Orlando Ribeiro para esta análise? Assinalámos, nos conceitos, duas linhas identitárias relacionadas com o mar. Orlando Ribeiro (1983, prefácio), designa-as como civilizações, enquanto expressões de relação com o outro, de transmissão, de testemunho de formas, sítios e paisagens, a que designa o “condomínio científico do geógrafo” (1983,p.9).

As civilizações identificadas são a do granito no Norte de Portugal (1983, capítulo A) e a do Barro, no Sul de Portugal (1983, Capítulo B) ligadas, por sua vez, a áreas de influência do Noroeste Atlântico e do Sul Mediterrânico.

Por esta análise, a primeira linha identitária assinalada na relação com o mar corresponde à civilização do granito, do Noroeste Atlântico e que explica o contexto histórico da fundação política de Portugal no século XII (Machado, 2021, Capítulo III). A segunda linha identitária, por sua vez, associa-se à civilização do barro, do Sul Mediterrâneo e que explica a maioria e maturidade da ordem política portuguesa nos séculos XIII a finais do século XIV (Machado, 2021, Capítulo IV). Nesta, consolidaram-se os fundamentos que sustentaram Portugal enquanto unidade geopolítica autónoma no contexto europeu.

Na segunda linha de identidade, explicam-se as origens da diplomacia portuguesa, enquanto atividade entre sujeitos que se reconhecem mutuamente na ordem política, de acordo com a concepção de MANFREDI¹⁵. A análise desse período histórico enquanto consolidação dessa ordem, permitirá melhor entender essa unidade e atividade enquanto expressões de exigência de reconhecimento de uma autonomia política face a outras ordens políticas.

Por outro lado, considera-se que a história colonial e ultramarina portuguesa, que se iniciou na época dos Descobrimentos a partir dos séculos XV e XVI, é um processo aleatório nesta análise. Afirmativa de um Estado-Império, onde outros contextos de poder, domínio e controlo se levantaram, secundando KAPLAN¹⁶ ou WILSON¹⁷.

Os contextos da origem e maturidade da unidade política portuguesa pré-ultramarina têm semelhanças, analogias, homologias com a atualidade política, que se iniciou com a descolonização, após a revolução de abril de 1974 e com o regresso ao compromisso multilateral português, europeu e

¹³ Gabardo, E. (2003). *Eficiência e Legitimidade do Estado, Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político*. Tamboré: Editora Manole.

¹⁴ Diamond, J. (2019). *Como se renovam as nações-Crises, Escolhas e Mudança..* Lisboa: Bertrand Editora.

¹⁵ Manfredi, J (2021). *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid: Editorial Síntesis.

¹⁶ Kaplan (ob. cit, 2022, Capítulo I).

¹⁷ Wilson, B. (2021). *Metrópoles- A história da cidade, a maior criação da civilização*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência.

mundial, de equilíbrio e de interdependência de um Estado pequeno no contexto europeu em área continental, mas com ampla configuração marítima.

Por ultimo, concluindo a metodologia, sendo a observação o campo decisivo do geógrafo, as formas, os materiais, as paisagens, em especial, das principais urbes de Portugal, nos seus centros históricos, retratadas em fotografia no tempo de Orlando Ribeiro, permitirão entender e formar melhor um quadro compreensivo estratégico da compreensão do *Portugal Geopolítico* em que o mar assume um contexto decisivo e identitário.

IV. PORTUGAL: CIVILIZAÇÃO DO GRANITO E DO BARRO EM ORLANDO RIBEIRO E CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA

Desde os primórdios da Humanidade, admite-se que o mar fosse primeiro pensado como terra, ou seja, enquanto fonte de recursos e subsistência alimentar. Necessitando de ser apaziguado. Praias, enseadas, lagoas e sapais onde vida marinha permitia fonte de subsistência alimentar seriam privilegiados. Formas de organização coletiva mais sedentarizadas seriam necessários para satisfação destas necessidades, onde o apelo à tecnologia, o controlo e a dominação dos recursos seriam prioritários (Mack, 2018).

A civilização do granito, com origens na Bretanha e reflexos na cultura megalítica do Ocidente europeu e vida castreja (Ribeiro, 1983, A) utiliza intensamente esta pedra dura na construção de casas, muros, armazenamento duradouro de produtos agrícolas e testemunhos de património, como monumentos funerários e religiosos. O espigueiro, ainda hoje, um marco da paisagem no Minho, é um excelente símbolo dessa civilização.

O granito é uma pedra difícil de trabalhar, necessita de madeira e ferro para sua sustentação em construções. Tal obriga a uma utilização mais aperfeiçoada e local de tecnologia para seu controlo. Bem como organizações mais cooperativas, especializadas e burocráticas para sua operacionalidade e registo. O mar pode ser aqui, tratado como terra, como faina limitada, fragmentária e intermitente. Como o labutar dos campos (Ribeiro, 1987, p. 129).

E aqui se verificam os maiores contributos de Orlando Ribeiro (1989, volume III, pp. 660-670) revisitados e reinterpretados, na formação geopolítica de Portugal no século XII. Na verdade, no Noroeste peninsular, onde se fundou uma reivindicação de autonomia política num desmembramento feudal da Europa e concomitante fragmentação peninsular no processo da Reconquista cristã, tiveram de convergir uma série de fatores institucionais, dir-se-iam, geopolíticos, favoráveis a essa autonomia.

Nos fatores geográficos, assinala-se uma agricultura intensiva de um solo fértil para o cultivo de cereais (ex: cevada, centeio), proporcionada por abundância de água e precipitação, com maior densidade de população (já assinalada por Ribeiro desde o século VI) atrativa de instituições, como reinos autónomos (Suevos, no século V-VI), organizações eclesiásticas, nomeadamente mosteiros, que vão proporcionar melhor organização e mais eficiência na utilização do solo com excedentes agrícolas (v.g. armazenados em espigueiros).

Assinale-se ainda toda uma organização burocrática especializada fundada no Direito eclesiástico que vai valorizar o instituto jurídico da propriedade e atos públicos com ela relacionados

(compras, vendas, doações, restituições de posse) assinalados em documentos desde o século IX (Ribeiro, 1989.p.661). Uma língua ou dialeto próprios pode dar coesão a este conjunto.

Em *Portugal Geopolítico* (2021, pp.84-93) discorro sobre a importância destes fatores na fundação do reino de Portugal, nomeadamente, sobre a estruturação crescente da Igreja Católica como organização social interessada na valorização do instituto da propriedade e da personalidade jurídica da mulher como sua doadora ou testadora em quadro de viuvez acelerada nos processos militares da Reconquista cristã emergente. O noroeste peninsular, pela fragmentação e eficiência da propriedade, seria contexto fértil a uma dinâmica fundiária que reivindicaria uma língua própria, o galaico-português (2021,pp. 140-147)

No contexto geopolítico da época, a concordata de Worms em 1122 marca uma autonomia institucional triunfante da Igreja Católica face ao Sacro-Império Romano- Germânico no direito de investidura autónoma de seus bispos, incentivando um relacionamento de proximidade com poderes temporais autónomos a quem pudesse prestar um Direito mais elaborado que lhe interessasse, com reconhecimento simultâneo de direitos patrimoniais das mulheres, comerciantes e agricultores e, em geral, garantindo um exercício de Justiça para além do parentesco e laços de sangue.

Assim, considera-se, nasceu Portugal (Machado, ob.cit,p.101) caracterizado na sua fundação como reino de chefatura patrimonial em que a propriedade é importante fonte de poder para o Estado e/ou para poderes políticos territoriais, seja como estatuto ou como medida de riqueza, seja em espécie ou em dinheiro, seja fundiária ou móvel, como importante traço distintivo de sua identidade geopolítica.

Todavia, a situação geográfica de Portugal, no extremo sudoeste da Europa, na Península Ibérica e afastada pela barreira montanhosa dos Pirenéus do restante eixo continental europeu, sem rios navegáveis provenientes desse eixo, afirmaria o mar como instrumento privilegiado de importação e troca de ideias, bens e tecnologia, em concreto, com o mar Mediterrâneo que se tornaria decisivo na configuração geopolítica da Europa (MARSHALL,¹⁸ WILSON, ob cit.,p.110).

A importância do Mediterrâneo em Portugal, para Ribeiro (1983, Parte B) estaria ligada a outra civilização: a do barro. Para o Sul. Este material, muito mais plástico, fácil de obter e trabalhar, dispensaria a utilização de metais e/ou madeira para seu suporte e de uma tecnologia local ou organização cooperativa para sua utilização em construções de carácter duradouro como casas, armazéns agrícolas, templos ou outros monumentos simbólicos.

A tecnologia, assim, seria importada, em especial, pela utilização pré-industrial que os romanos faziam do barro cozido e para a sua conversão em tijolo nas casas, telhas e construções, em geral. O barro cru seria instrumento utilizado para preferente uso doméstico ou industrial na conservação de azeite, vinhos e frutos secos, conforme condições favoráveis a este tipo de produtos na agricultura mediterrânea.

A dependência do Sul em relação a tecnologia do exterior implicaria maior abertura ao comércio e importação de ideias, arte e outras expressões culturais, produtos e migrações. O mar

¹⁸ Marshall, T. (2020). *O Poder da Geografia*. Lisboa: Edições Saída de Emergência.

Mediterrâneo, mais calmo e menos energético, com variedade de penínsulas, baías e estuários, teria melhores condições para a experimentação e evolução favorável da navegação marítima, com experiencialismo e sentido pragmático.

Neste contexto, o valor geopolítico do Mediterrâneo é acrescido, admitindo-se sempre que o transporte pela água seria mais fácil e menos custoso do que por terra, o que constituía vantagem estratégica das ordens políticas que o puderam aproveitar, segundo DIAMOND¹⁹.

O Sul do país caracteriza-se por condições gradualmente desfavoráveis para uma policultura agrícola intensiva de regadio, como a inexistência de vales férteis, abundância de solos pedregosos e climas relativamente secos (Ribeiro, 1987, pp.41-47). Assim, o litoral, os rios navegáveis e o mar constituíram fatores crescentes de interesse social e económico e de unidade para Portugal, visíveis na implantação de urbes ou cidades mais importantes e concentração de população. Estamos na segunda linha da identidade geopolítica, assinalada nos contextos, na ligação dos povos com o mar.

Na consolidação da identidade geopolítica portuguesa, o mar é caminho, meio de transporte e forçosamente, de subsistência. Condições favoráveis ao nomadismo, itinerância, movimento. Com talento, contactam-se outros grupos e, em condições de reciprocidade, troca e comércio em mercados. O historiador grego Dião Crisóstomo (cit. por WILSON, ob. cit., p.107) define um lugar de mercado como o que “junta todo o tipo de homens, mostrando-os uns aos outros e, tanto quanto possível, fazendo deles um povo único”.

A identidade geopolítica portuguesa bem pode fundar-se em valores de comunicação, partilha, interdependência e de troca em espaços mais igualitários. Não fosse o próprio nome do país, Portugal, proveniente de porto ou *portus*, definido como “lugar onde se importam e exportam mercadorias” (Digesto, 16,59, cit. por ESCOHOTADO²⁰, p. 277).

Quando, nos séculos XIII a XIV, as tecnologias de navegação marítima já permitiram ligações entre os polos comerciais do Norte Atlântico e do Sul Mediterrâneo, o valor geopolítico português aumentou enquanto eixo. E a possibilidade de relações internacionais. Secundamos Péquignot²¹ quanto à aplicação do termo no final da Idade Média – conjunto de atividades de representação, de intercâmbio e de negociações políticas, realizadas em nome de um poder junto de outros poderes (p.47).

Entre esses contratos, segundo BRANDÃO²² os tratados internacionais de paz e comércio. Numa ponta com as cidades-estado no Sul Mediterrâneo, como Florença (1338) Génova (1370) ou Veneza (1392) e outra ponta nos reinos do Mar do Norte, desde 1226 (Inglaterra), sucessivamente renovados nos séculos XIII e XIV até ao Tratado de Windsor (1386) ou desde 1290 aos mercadores portugueses estabelecidos em Harfleur, França, mais tarde, com um entreposto comercial fundamental em Bruges, Flandres, em 1387. Este movimento em tenaz entre

¹⁹ Diamond, J. (2016). *Sociedades Comparadas*. Barcelona: Penguin Random House.

²⁰ Escohotado, A. (2018). *Los enemigos del comercio*. Barcelona: Editorial Planeta.

²¹ Péquignot, S. (2011). «Les diplomaties occidentales, XIIIe-XVe siècle». In *Les relations diplomatiques au Moyen Âge*. Formes et enjeux, pp. 47-66. Paris: Publications de la Sorbonne.

²² Brandão, F. (2002). *História Diplomática de Portugal-uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte.

o Atlântico e o Mediterrâneo encontra eco no meu *Portugal Geopolítico* (ob.cit, pp.115-120), enquanto expressão do comércio marítimo internacional português como atividade económica de interesse diplomático e geopolítico.

Na Idade Média, como assinala HESPANHA²³, os mercadores marítimos internacionais constituam um estatuto, uma espécie de comunidades a quem se concediam direitos com diferentes designações (“salvo conduto”, “bom comportamento”) para o exercício do comércio, com formas de auto-organização, sujeitas a usos mercantis e títulos contratuais e de crédito próprios, sem grande interferência dos poderes formais vigentes. A realidade itinerante e de mobilidade destes grupos assim o justificaria.

E na história do comércio marítimo português, assinala-se segundo CORTESÃO²⁴ (pp.124-125) a celebração de tratados comerciais, como o de 20 de Outubro de 1353, em que o mercador do Porto, Afonso Martins de Alho conclui, com o rei Eduardo III de Inglaterra, um tratado por 50 anos de proteção, salvo conduto e livre comércio para os mercadores, marinheiros e pescadores das cidades e vilas marítimas de Portugal. Um verdadeiro representante, em nome do rei, das comunidades marítimas portuguesas. O Porto e sua matriz atlântica confirmam-se plenamente neste facto geopolítico de extraordinário relevo.

Não raramente, a maioridade da ordem geopolítica portuguesa nos séculos XIII e XIV, pela necessidade de reconhecimento internacional que lhe assiste, fundado no valor do mar, pugnará por uma consciência moral universal baseada na autoridade da fé representada pela autoridade papal eclesiástica e por um sentido pragmático baseado no comércio, na interação com os outros e em tratados internacionais de geometria variável. Tudo isto prepara o país político para a expansão marítima nos séculos XV e XVI.

Assim, Portugal é pluralidade na convergência da sua identidade geopolítica. A Norte, com a primeira linha de identidade geopolítica na relação dos povos com o mar, fragmentária, sedentária e de labutar permanente e a Sul, com a segunda linha de identidade itinerante, comunicacional e de comércio. Isto gera um polimorfismo, um localismo e gradualismo das paisagens portuguesas, nunca descurando Ribeiro a sua comparação internacional.

Perguntava o ilustre geógrafo, (1987, pp. 142,143 e 165) “ A que deve o País a sua rica, complexa e quase desconcertante diversidade regional? Em primeiro lugar ao entrecruzamento de influências mediterrâneas e atlânticas (..) Por transições graduais entre a Ria de Aveiro e as montanhas calcárias da Estremadura alcança o litoral uma dos grandes limites da geografia europeia (...) é também por transições graduais que se faz a passagem ao mundo mediterrâneo. A Estremadura recorda a Ática e o Lácio, o Alentejo, os planaltos cerealíferos da Sicília, o Algarve uma fimbria marítima (..) a ultima riviera mediterrânica e a influência de todas as colonizações marítimas da Antiguidade (..).

Antes das conclusões finais, destinarei um capítulo próprio aos olhares do geógrafo Orlando Ribeiro sobre Portugal, com recurso, em especial, a algumas fotografias do seu espólio. O nosso

²³ Hespanha, A.M. (2019). *Filhos da Terra- Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

²⁴ Cortesão, J. (1964). *Os Factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

interesse incidirá sobre diferentes sinais, símbolos de identidade geopolítica que retratam a Norte, as influências da civilização atlântica, e, a Sul, da civilização mediterrânica.

As fotografias demonstrarão padrões e semelhanças, distinções e diferenças visíveis na implantação topográfica dos núcleos históricos das grandes cidades portuguesas, sua orientação geográfica e posição relativa em relação aos rios e ao mar, bem como localização de construções distintas de poder simbólico temporal e/ou religioso nesse conjunto demonstrativas da pluralidade convergente da identidade geopolítica portuguesa. Foram selecionadas as cidades do Porto, a Norte, e de Lisboa, a Sul. Coimbra, como passo intermédio, histórico e geográfico a meio caminho entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

V. URBES E IDENTIDADE GEOOPOLITICA PORTUGUESA

Orlando Ribeiro (1987, pp.35-36) descreve as aglomerações e, mais tarde, cidades como fruto de uma vontade humana. Em Portugal, as preocupações de defesa em lugares altos, alcandorados, na proximidade de rios e /ou estuários constituem tipologia predominante, sítios de *oppidum* romanos (p.96) na emergência de núcleos de aglomeração populacional, atuais centros históricos.

Tais padrões, visíveis nas principais cidades portuguesas, como Lisboa, Porto e Coimbra, permitiam, ao mesmo tempo, segurança e aviso contra invasões e saques hostis, mas também acessibilidade a rios e mar, como fontes de vantagem económica, seja extrativa, pela exploração da pesca ou sal, seja distributiva, para transporte e comércio de produtos e mercadorias.

Entre Douro e Minho, no contexto do Noroeste Peninsular e na civilização do granito, identificamos traços de densidade populacional, com recurso a tecnologias agrárias e fragmentação da propriedade. A Citânia de Briteiros (figura 1), povoado perto de Guimarães, castro de influencia cultural celta teria cerca de duzentas habitações, arruamentos, cercas de gado, muralhas, balneário e templo crematório (Machado, 2021, p. 52).



Figura 1 - Citânia de Briteiros, [Guimarães], Alto Minho. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1972.

© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT- U. Lisboa – S13339

Esta fotografia, simples, com ruínas e aparentemente destituída de qualquer significado, é, todavia, um excelente exemplo, tão caro a Orlando Ribeiro, da civilização do granito. Os grossos muros de pedra separavam construções e habitações marcando traços de um trabalho difícil, duro e complexo. Com recurso a tecnologias de uso do metal e da madeira, num retrato de divisão e fragmentação fundiária. O aproveitamento do espaço parece intenso, algo desordenado e sem uma estruturação de conjunto. Traços típicos de uma individualidade cultural associada ao Ocidente Atlântico e longe das civilizações mediterrânicas, especialmente a grega e romana.

Todavia, a estrutura redonda também demonstra a necessidade de reunião em conselho e de uma organização, dir-se-á política, biológica e circular para cooperação e gestão comunitárias, designadamente, no trabalho agrícola e uso dos metais, de pastoreio ou em manifestações simbólicas, com responsabilidades rotativas associadas à cadência das estações do ano.

No Porto, situa Ribeiro (1987,p.136), à roda de uma pequena cidade, denominada Portucale, junto à foz do Douro e na sua margem direita no já referido padrão de sitio alcandorado, a aglutinação do corpo político português. Mera referência de associação ao nome Portugal, simbólica ou visível pelas fotografias do seu olhar? Tentemos uma interpretação geopolítica atualizada. Vejamos a figura 2.

No sitio mais alto do centro histórico do Porto, a Igreja Católica manifesta o seu poder. Com a implantação altaneira da Sé e do Paço Episcopal e de um Terreiro que dominam a visão de conjunto sobre o Rio Douro e para impressionar terceiros. Tão importante para a fundação política do Estado português, dando-lhe a organização burocrática e especializada em Direito e Justiça que o poder real, temporal, tanto deles carecia. O Tribunal canónico do Porto também ainda lá está nesse conjunto. Mera coincidência ou fruto de vontades humanas e organizacionais registadas historicamente para a posteridade?

A identidade geopolítica portuguesa no Porto revela-se pela presença renovada do granito nas igrejas ou nas frontarias, portas e janelas de construções, sejam habitações ou palácios



Figura 2 - [Porto]. Fotografia de Orlando Ribeiro, s.d.
© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – F1464

mais importantes. A visão desordenada do conjunto, à semelhança de Briteiros, mantém-se. O aproveitamento do espaço, intenso, em edifícios que se apinham, com orientações divergentes, marcam a importância da densidade de população por área ocupada, fragmentação e divisão da propriedade.

Por outro lado, muitas construções estão, na sua entrada principal, de costas voltadas para o rio. Orlando Ribeiro (1987, p. 129) alertava. A Nação portuguesa tem uma estrutura rural. Incluindo nas formas da paisagem urbana. Na figura 2, o rio Douro, estreito, não parece ter grande importância no conjunto urbano que não se decliva diretamente para ele. Existe uma rua principal, oblíqua, divergente do rio que não vai diretamente ao alto da colina. As preocupações de defesa são aqui, fundamentais.

Os rios e o mar são, aqui, utilitários. Se deles não se extrai nada, têm menos importância. Estamos no domínio da primeira linha de investigação assinalada nos contextos e conceitos (Capítulo III). O Porto atlântico na relação com o rio e o mar é controlo, demarcação, delimitação, linha de fronteira. Tudo muito associado à formação do Estado português no processo histórico e militar da Reconquista.

No sentir e pulsar económico e social do Porto, deve aferir-se também a importância do Vinho do Porto e da Região Demarcada do Douro, a primeira a nível mundial no século XVIII, com exportações substanciais do vinho pelo mar e seu comércio com Inglaterra na configuração do seu *hinterland* social e económico. Todavia, a identidade geopolítica do Porto na sua configuração urbana não se alterará substancialmente, como veremos. Registe-se a figura 3, também foto de Orlando Ribeiro.

No foco das imagens mais conhecidas do Porto, em que o núcleo urbano está para além do rio, registe-se ainda a posição sobranceira do edifício mais forte do conjunto, o Paço Episcopal. No alto, ainda se destacam torres de igrejas em posição de visão, controlo e domínio, com nota de destaque para a Torre dos Clérigos.



Figura 3 - Porto: vários aspectos da cidade. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1976.

© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-ULisboa – S13343

Agora o Cais da Ribeira, na zona ribeirinha do Porto, hoje também considerada Património da Humanidade, é o conjunto paralelo na orla do rio Douro que mais se destaca. Padrões repetidos: a utilização do granito, a fragmentação da propriedade, agora também aproveitada em altura, a densidade de área ocupada. Os armazéns, próprios da utilização intensa do rio para atividades de transporte e comércio do vinho do Porto, vão ficar na outra margem do rio, ou seja, em Vila Nova de Gaia.

Como nota final, registre-se também no Cais da Ribeira, a falta de um grande terreiro, espaço ou largo que dê sentido à importância do mercado, feiras ou comércio, designadamente, marítimo, na vida da cidade. Nenhum monumento de relevo e com valor simbólico ali se situa. O Porto atlântico, biológico, respeita as margens que a Natureza lhe pode oferecer.

Coimbra, no centro do país, a cerca de 40 km do mar, banhada pelo rio Mondego, com equidistâncias próximas relativamente ao Porto, a Norte e Lisboa, a Sul, é cidade com vantagem geográfica, como ponto de contacto e/ou pausa num caminho, sendo escolhida pela sua importância histórica e geográfica.

A figura 4 representa o olhar de Orlando Ribeiro em 1949 sobre Coimbra, justificativos da sua interpretação sobre a cidade. Invocaremos suas referências e acrescentaremos mais algumas linhas sobre a sua identidade geopolítica, no eixo da confluência entre o Portugal Atlântico e Portugal Mediterrâneo.

Orlando Ribeiro descreve-a (1987, p. 152) como “cidade desconcertante pela desarmonia dos seus elementos” (sic) onde a acrópole, ocupada por edifícios universitários, domina o passo de vista sobre a entrada romana que se fazia pela ponte sobre o rio no eixo da circulação Lisboa-Porto, então na sua época, a estrada nacional 1, a mais importante do país.

Mais refere a importância, na Idade Média, da acessibilidade ao mar, pela navegação do rio e porto fluvial, destacando o papel dos fatores espirituais no seu desenvolvimento: o bispado, transferido desde o século VI da vizinha Conimbriga romana, os cônegos regentes de Santa Cruz e a Universidade, identificando, nestes, a posse de bens fundiários dos arredores, em



Figura 4 - Coimbra. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1949.
© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa -F1808

particular do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Acrescentemos também para os cônegos regrantes, a Mata de Santa Cruz.

A figura 4 tem um olhar simultaneamente fundiário e urbano, resultante da crescente importância da patrimonialização como fonte de riqueza e poder político visível nas cidades. Mas também da organização. Ao contrário do Porto, os altos de Coimbra, quais sentinelas, apresentam edifícios com maior densidade de construção, em especial, a Universidade à direita, e, por baixo desta, o antigo Paço Episcopal, hoje Museu Nacional Machado de Castro e ainda à esquerda, o conjunto urbano associado ao Mosteiro de Santa Cruz.

Orlando Ribeiro, destaca, ainda, a divisão entre cidade Alta, com estas características de grandes edifícios e conjuntos e a cidade Baixa, junto ao rio, com forte componente comercial. Nestas, as casas são mais pequenas e o espaço é um recurso escasso, a ser mais intensamente aproveitado.

O conjunto urbano de Coimbra, comparativamente ao do Porto, tem uma disposição mais amigável, especialmente a Sul, para com o rio, outrora, meio de transporte fluvial que o banha. As preocupações de defesa e segurança não são aqui, tão destacadas. Registe-se que Coimbra está a cerca de 40 km da orla marítima pelo rio até à foz, sendo menos exposta a operações militares e de saque predatório por essa via.

Destaca-se também o branco do casario, a preferência mediterrânea, com recurso a outros materiais construtivos da civilização do barro, como o tijolo, a cal e a rocha calcária que não o granito. Todavia, os sítios alcandorados, as colinas, a intensa utilização e fragmentação do solo urbano com casas justapostas em ruas íngremes e oblíquas, em viés para o rio na subida para as colinas, continuam visíveis, à semelhança do Portugal Atlântico detetado no Porto.

Não se verifica um eixo principal de circulação entre a Alta e a Baixa da Cidade, o que demonstra separação e funções distintivas de uma e outra. O comércio não é retratado como fonte de poder urbano em Coimbra. O poder que vigia e controla está em sítios alcandorados. Essencialmente pelos edifícios da Universidade com uma torre que tem funções de orientação do conjunto. Outras torres, como as do Mosteiro de Santa Cruz, também se destacam, relembrando ainda o papel importante da Igreja Católica na fundação do Estado português, mas já não com a mesma força exclusiva de implantação que se verifica no Porto.

A fotografia de Orlando Ribeiro é tirada de Oeste para Este. No alto da colina, a torre visível da Universidade está no edifício da Faculdade de Direito, denominada Via Latina, onde está o conjunto histórico mais importante. Via Latina parece recuperar a importância do Direito romano. Se o fosse de Este para Oeste seria visível o edifício da Faculdade de Medicina. Coimbra é simbolicamente retratada como a cidade dos Doutores.

Esse poder simbólico é fundamental na identidade geopolítica portuguesa. O Direito representa o importante poder da lei e da justiça na maturidade e consolidação do Estado Português. Em *Portugal Geopolítico* (ob cit., p.110) discorro sobre a importância das primeiras Cortes, as de Coimbra (1211) como produtoras da mais antiga legislação régia, denominadas *Inquirições* como forma de exercício político inquisitorial, de cadastro e de registo fundiário.

As Cortes eram assembleias participativas das classes possidentes com representantes das cidades onde se localizavam. Pela legislação emanada e pelo efeito de demonstração e divulgação associadas ao seu registo e relato para a posteridade, contribuíam para o reforço do poder político monárquico.

Coimbra está, histórica e geograficamente, a meio caminho entre o Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo. Entre a formação do Estado na Reconquista e a sua consolidação com os primeiros reinados. Ainda com a força da ruralidade na delimitação da propriedade, sua fragmentação e importância do cadastro fundiário, mas já com inclinação favorável para o transporte e para o comércio, enquanto declive urbano para a Baixa da cidade.

E chegamos a Lisboa. Capital de Portugal desde 1255 é considerada por Ribeiro (1987,p. 154) uma cidade tipicamente mediterrânica, combinando, no seu sítio genético, a acrópole, a colina mais próxima do grande abrigo litoral, com “o mar” que, é, na verdade, segundo o próprio, um regolfo atlântico e não propriamente um estuário.

As fotografias que se apresentam, de seguida, sobre Lisboa, são contemporâneas da vida de Orlando Ribeiro no século XX, mas não constituem seu olhar. Na linha atrás seguida e no respeito do seu pensamento geográfico, procuram identificar-se em Lisboa, no seu conjunto urbano, sinais da cidade mediterrânica na sua ligação com o mar representativas da segunda linha de identidade geopolítica portuguesa assinalada nos contextos.

Esta fotografia é das mais representativas sobre identidade geopolítica portuguesa em Lisboa. Destaca-se, em primeiro lugar, a colina de São Jorge, sobranceira sobre o rio Tejo, padronização das primeiras preocupações de defesa e segurança. Ao contrário do Porto e Coimbra, preserva o seu castelo, também outrora Paço de Alcáçovas, então sede do poder político e militar firmada a Reconquista cristã no território português no século XIII.

O edifício da Sé de Lisboa, construção de poder simbólico da Igreja Católica, já não está no alto das colinas, como se verificava no Porto e em Coimbra, mas a meio caminho entre a colina de São Jorge e o rio. A sua importância política em Lisboa era menor, afirmativa do poder temporal numa capital que procurava convergência institucional a seu favor, não só pela Igreja Católica, como também da nobreza fundiária, mas essencialmente de uma emergente burguesia mercantil que aproveitava o comércio marítimo no estuário do rio Tejo a uma curta distância do Oceano Atlântico.

Essa convergência parece demonstrar-se por uma estrutura urbana em que quer a Sé de Lisboa, quer a Praça do Município, esta símbolo da sede de um poder municipal futuro, estão no eixo, numa continuidade de uma rua paralela ao rio que as une, com as portas principais abertas para Ocidente numa clara vocação marítima e ribeirinha que acompanha o movimento do sol.



Figura 5 - Panorâmica sobre a Baixa Pombalina, destaca-se em primeiro plano o edifício dos Paços do Concelho. Lisboa. Fotografia de Judah Benoliel. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – JBN003637/ A10572/ N9105

O triunfo do casario branco, novamente, da cal e do tijolo, com vocação mediterrânica acompanha uma menor fragmentação da propriedade urbana. Esta tem maiores edifícios de ocupação no solo, sinónimo de maior seleção da riqueza e concentração, quando não ostentação, de poder urbano. Mas também para funcionalidades, de habitação, armazenamento ou comércio ligadas a uma vida de maior aglomeração nas cidades.

Sendo as nações fruto da História, como dizia Orlando Ribeiro (1967,p. 25), a configuração de Lisboa, na denominada Baixa Pombalina, adveniente da reestruturação urbana ordenada pelo Marquês de Pombal ,na sequência da tragédia do terramoto de 1755, não nos deixa indiferente. Todavia, afirma-se que as condições proporcionadas pelo estuário do rio Tejo iriam provocar maior aproveitamento ribeirinho na sua frente urbana e uma clara vocação marítima e comercial do poder político que escolheria esta cidade como capital. Antes da Praça do Comércio existia o Terreiro do Paço, justamente onde se localizava o Paço real da Ribeira, a sede do poder político monárquico português.

Essas condições reforçaram-se pela referida reestruturação em que a Praça do Comércio se assume com maior símbolo (figura 6) de ordenação, estruturação e reflexo desse poder. Atentamos nessa figura (6) obviamente, também central na explicação na defesa da segunda linha de identidade geopolítica portuguesa na sua relação com o mar.

A Praça do Comercio é uma explosão de elementos de identidade geopolítica portuguesa. Por uma questão de texto, teremos de nos resumir ao seu essencial. A vocação ordenada, planeada e estruturada das cidades vem da civilização mediterrânica, em especial, do Império Romano, com a malha ortogonal, o cadastro fundiário e as operações paritárias de parcelamento do solo, denominadas centúrias²⁵.

Como assinala justamente um outro grande geógrafo português, o professor Jorge Gaspar, o ordenamento do campo precede o da cidade, pois o planeamento desta provém dos conhecimentos de geometria aplicados às zonas agrárias.²⁶ A redescoberta desses modelos, tão cara no Renascimento europeu, mas também no neoclássico do século XVIII projeta-se na Praça do Comércio em que se afirma um poder da cidade sobre a terra, ostentatório e decisivo, bem como do poder político que a erigiu.

A Praça do Comércio representa o início de uma dimensão do urbano que ultrapassa a escala humana em que o poder político convoca o coletivo para demonstração do seu poder. Nada mais ilustra a ligação desta Praça à civilização do barro, mediterrânica, nas palavras de Ribeiro definidas como civilização arqueológica, ou seja, “a que desdenha o material que a Natureza oferece impondo as suas preferências” (Ribeiro,1983,p.37).

Uma identidade geopolítica baseada no transporte, na circulação e no comércio necessita de vias ordenadas para segurança, acessibilidade e salubridade , edifícios com maior capacidade de armazenamento, com arejamento, incluindo, para algum tratamento industrial necessário de produtos, bem como largos ou terreiros para sua troca em mercados que funcionem como locais de comunicação de transações e de exibição ou reconhecimento do seu poder.

²⁵ Fadigas, L. (2017). Território e Poder- O uso, as políticas e o ordenamento. Lisboa: Edições Sílabo.

²⁶ Gaspar, J. (2022). O ordenamento do campo precede o da cidade in *Electra*, nº 18, Setembro-Dezembro de 2022, pp.45-58.



Figura 6 - Panorâmica da praça do Comércio e encosta do Castelo de São Jorge. Lisboa. Fotografia de Paulo Guedes.
© Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – PAG000447

Os locais dominantes deixaram de ser sítios elevados ou estratégicos por questões de segurança. As praças, nas cidades marítimas, segundo Teixeira²⁷ passariam a assumir um papel central na organização da cidade, seja por constituírem um ponto de confluência, a meio de uma via longitudinal ao mar e uma via principal de acesso ao interior, seja porque nela se implantavam progressivamente funções comerciais e edifícios importantes ou ainda por implantação de algum edifício institucional de referência.

A Praça do Comércio funciona, assim, como largo ou terreiro ordenado e público em que a toponímia do nome confere significado simbólico ao poder do comércio e do mercado, como fontes de riqueza, tributação e poder político. O conjunto é dominado ao centro pelo representante máximo desse poder, o rei soberano em pose majestática com um dos símbolos, também, de riqueza do Império Romano: o cavalo.

Por sua vez, a estruturação uniforme dos edifícios à volta da Praça confere convergência institucional das partes para o todo, sejam lojas comerciais, repartições oficiais públicas, habitações palacianas ou monumentos, como o Arco Triunfal da Rua Augusta. Perto, localizam-se a Alfândega e o Ministério das Finanças. O poder político está aqui concentrado.

Como visões de conjunto também, estão mais distantes, como compromissos históricos aceites para a atualidade, o castelo de São Jorge, fonte de poder militar e a Sé de Lisboa, como fonte de poder espiritual. A Praça do Comércio e suas visões complementares constituem um conjunto monumental significativo da identidade geopolítica portuguesa.

Todavia, o olhar da geografia não pode subordinar-se à visão política, simbólica e de ostentação dos poderes políticos. Tem de procurar os bastidores, a profundidade e, muitas vezes, o subsolo em ligação com a geologia. Se há pouco utilizámos uma fotografia da Praça do Comércio,

²⁷ Teixeira, M. (2015). As formas da cidade portuguesa in *o Estudo da Forma Urbana em Portugal*, Vítor Oliveira, Teresa Marat-Mendes e Paulo Pinho (org.). Porto: Universidade do Porto.

orientada do rio para a cidade histórica e para aquilo que é o mais representativo das imagens turísticas de Lisboa, vamos agora fazer um contraponto de visão, ou seja, da cidade histórica para o rio recorrendo ao acervo, feliz, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Atentemos na figura 7.

O olhar da cidade histórica (do Miradouro de Santa Luzia) para o rio é de 1957, ainda antes do início da construção da ponte sobre o Tejo nos anos 60. A Praça do Comércio não surge, agora, tão proeminente na composição do conjunto e voltam a redescobrir-se os traços de uma identidade geopolítica portuguesa, dir-se-ia, profunda, no espaço urbano de Lisboa.

O conjunto é divergente. A altura dos edifícios não é uniforme. O mesmo para a sua largura e dimensão. Os telhados têm formas e sentidos de orientação diversificados. Existem ruas com um sentido perpendicular, mas também em viés para o rio. Aqui e acolá, registam-se aproveitamentos no topo dos edifícios em águas-furtadas e/ou sótãos. Uma torre de igreja surge isolada e submergida no casario.

O que se redescobre em Lisboa? Traços de um sentido de engenho, improvisado e adaptação contextual e biológica às condições do terreno. Um aproveitamento intenso em altura e ou em largura dos edifícios na ocupação do solo disponível. Uma demarcação funcional sedentária de todas as possibilidades do rio em terra com habitações, armazéns e utilizações diversificadas, incluindo descanso e conforto espiritual.

Em suma, em Lisboa ainda são detetáveis alguns indícios da individualidade cultural do Ocidente atlântico. Da primeira linha de identidade geopolítica portuguesa assinalada nos contextos. Que não foi contemplada no urbanismo de Pombal pós-terramoto de 1755. E que continua resiliente demonstrando a capacidade de se interpretar o mar enquanto recurso fundiário suscetível de aproveitamento e valorização. Pelos poderes urbanos e políticos. A indústria do turismo vai ficar grata. Estamos em tempo e ordem de concluir esta viagem.



Figura 7 - Vista de Lisboa a partir do miradouro de Santa Luzia. Fotografia de Raquel Soeiro de Brito, 1957.

© Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT- U. Lisboa – S1631

CONCLUSÃO

As linhas de investigação fundamentais sobre identidade geopolítica na relação com o mar foram aplicadas a Portugal. Orlando Ribeiro é o grande geógrafo português do século XX que interpretou o papel dos mares Atlântico e Mediterrâneo, enquanto elementos naturais e fruto de civilizações na formação de Portugal.

A civilização do granito e a civilização do barro são complementares para esse entendimento. O mar enquanto demarcação, fronteira, controlo, ocupação, linha ou rota, potencial ou efetiva que liga ou envolve uma terra está ligado ao Atlântico. O mar enquanto instrumento de comunicação, de transporte, de uso comum e interatividade corresponde-se com o Mediterrâneo. Se o primeiro foi fundamental para a eclosão da autonomia política de Portugal no século XII, o segundo foi decisivo para a sua maturidade e consolidação nos séculos XIII e XIV.

Viajámos de Norte a Sul. Entre o Porto e o rio Douro e Lisboa e o rio Tejo, passando por Coimbra e o Mondego no cruzamento destas identidades. O autor deste ensaio espera que a experiência tenha sido cativante para os sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Concluo afirmando que devemos orgulho em Portugal. De ser uma unidade política mundial impar pela sua estabilidade histórica. De constituir um exemplo único na Europa de entrecruzamento de mares na sua configuração política. De poder afirmar-se como portador de uma mensagem de diversidade na unidade política enquanto melhor contributo para um referencial de paz universal.

BIBLIOGRAFIA

- Berli, J; Bunel, M; Ducruet, C. (2018). «Sea-Land Interdependence in the global maritime network: the case of Australian Port Cities». In *Networks and Spatial Economics*, nº18, pp. 447-471.
- Biblioteca Nacional de Portugal (2011). *Orlando Ribeiro: 1911-1997. Ponto de partida: lugar de encontro*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- Brandão, F. (2002). *História Diplomática de Portugal-uma cronologia*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Cortesão, J. (1964). *Os Factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Diamond, J. (2019). *Como se renovam as nações - Crises, Escolhas e Mudança*. Lisboa, Bertrand Editora.
- Diamond, J. (2016). *Sociedades Comparadas*. Barcelona, Penguin Random House.
- Dijink, G. (1996). *National Identity and geopolitical visions*. Londres, Routledge.
- Dodds, K. (2021). *Geopolítica: Una breve introducción*. Barcelona, Antonio Bosch Editor.
- Escohotado, A (2018). *Los enemigos del comercio*. Barcelona, Editorial Planeta.
- Fadigas, L. (2017). *Território e Poder - O uso, as políticas e o ordenamento*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Gabardo, E. (2003). *Eficiência e Legitimidade do Estado, Uma Análise das Estruturas Simbólicas do Direito Político*. Tamboré, Editora Manole.
- Gaspar, J. (2022). «O ordenamento do campo precede o da cidade» in *Electra*, nº 18, Setembro-Dezembro de 2022, pp.45-58.

- Hespanha, A.M. (2019). *Filhos da Terra - Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa, Tinta da China.
- Kaplan, R. (2022). *A vingança da Geografia*. Coimbra, Almedina.
- Kidd, S. (2019). «Land-Sea Interactions and the Ecosystem Approach, Ocean Planning and Governance». In D. Langlet e R. Rayfuse (Eds.). *The 2017. Ecosystem Approach in Ocean Planning: Perspectives from Europe and Beyond*, nº 5, 2019, pp.140-159. Consultado em 09.12.2022 em <http://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctvrkx2v2.12>.
- Mack, J. (2018). *O Mar - Uma História Cultural*. Silveira, Letras Errantes.
- Machado, V. (2021). *Portugal Geopolítico: História de uma Identidade*. Lisboa, Lisbon International Press.
- Mackinder, H. (2004). «The geographical pivot of history». In *The Geographical Journal*, Nova Jersey, vol.170, nº 4, pp.298-321.
- Mahan, T (2007). *Influencia del poder naval en la historia*. Madrid, Ministerio de Defensa. Subdirección General de Publicaciones y Patrimonio Cultural.
- Manfredi, J. (2021). *Diplomacia. Historia y presente*. Madrid, Editorial Síntesis.
- Marshall, T. (2020). *O Poder da Geografia*. Lisboa, Edições Saída de Emergência.
- Nye, J. (2010). *O Futuro do Poder*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Pelling, M.; Blackburn, S.(2014). *Megacities and the coast: risk, resilience and transformation*. Londres, Routledge.
- Ribeiro, O. (1977). *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa, Edições Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (1983). Geografia e Civilização. In *Coleção Espaço e Sociedade*, nº 2, Jorge Gaspar (Dir.).Lisboa, Livros Horizonte.
- Ribeiro, O. (1987). *A Formação de Portugal*, 1ª edição. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, Lisboa.
- Ribeiro, O. (1987). *Portugal, Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- Ribeiro, O.; Lautensach, H. (1989). *Geografia de Portugal*, 3º volume. Lisboa, Edições João Sá da Costa. ISBN 972-9230-25-0
- Teixeira, M. (2015). As formas da cidade portuguesa. In o *Estudo da Forma Urbana em Portugal*, Vítor Oliveira, Teresa Marat-Mendes e Paulo Pinho (Org.). Porto, Universidade do Porto.
- Wilson, B. (2021). *Metrópoles - A história da cidade, a maior criação da civilização*. Porto Salvo, Edições Saída de Emergência.

FOTOTECA

- [Porto]. Fotografia de Orlando Ribeiro, s.d. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – F1464
- Coimbra. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1949. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – F1808
- Citânia de Briteiros, [Guimarães], Alto Minho. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1972. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – S13339
- Porto: vários aspectos da cidade. Fotografia de Orlando Ribeiro, 1976. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – S13343
- Vista de Lisboa a partir do miradouro de Santa Luzia. Fotografia de Raquel Soeiro de Brito, 1957. © Fototeca do Centro de Estudos Geográficos -IGOT-U. Lisboa – S1631
- Panorâmica sobre a Baixa Pombalina, destaca-se em primeiro plano o edifício dos Paços do Concelho. Lisboa. Fotografia de Judah Benoliel. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – JBN003637/ A10572/ N9105
- Panorâmica da praça do Comércio e encosta do Castelo de São Jorge. Lisboa. Fotografia de Paulo Guedes. © Fototeca do Arquivo Municipal de Lisboa – PAG000447

